

O ministro propõe aos credores o jogo do pacau

Não é que acreditemos que os brasileiros — que quanto mais “se ferram” mais ouvem “deles” que “tudo vai bem” — vão entrar em mais esta. Mas algum ingênuo que tenha lido as declarações do sr. Dflson Funaro, depois dos seus primeiros encontros com representantes da comunidade financeira internacional e dos credores do Brasil em Washington, pode ser levado a acreditar que os milagres realmente acontecem e o mundo está prestes a se dobrar aos seus pés apenas pelos seus belos olhos. Sua excelência não levou, em sua bagagem, nada que possa ser negociado ou nem sequer apreciado. Isto é, foi para Washington com algumas exigências que não contemplam alternativas e que, portanto, não são passíveis de negociação, e sem nenhum plano econômico, a não ser mais uma daquelas compilações dos seus melhores sonhos. Entrou na sala de negociações mais ou menos como aquele agente secreto luso que tomou um táxi. A pergunta dos banqueiros — “Para onde o senhor quer ir?” — respondeu: “Isto vocês jamais saberão”...

Daí por diante, a conversa seguiu dentro dos alucinantes padrões da lógica pelo avesso do sr. Funaro com aquela sua longa exposição a uma estupefacta platéia sobre onde ele gostaria que eles fossem, como se os devedores fossem eles e os credores fôssemos nós. Sem mais subterfúgios, o sr. Funaro propôs-lhes que entrassem naquele conhecido “jogo do pacau” de que falava, com inegável graça, o sr. Jânio Quadros nos tempos em que ainda era lícito rir do seu humor, em que cada um dos participantes entra, invariavelmente, com a mesma parte da anatomia...

Na versão do ministro Funaro, o Brasil, que é o devedor, entraria pagando a metade dos juros e do principal que tem pago anualmente até hoje, enquanto os governos e banqueiros credores responderiam ao calote emprestando, na forma de capitalização dos juros não pagos (cerca de US\$ 4 bilhões), a diferença aberta pela redução dos pagamentos brasileiros, e mais outros US\$ 4 bilhões por ano na forma de “dinheiro novo” para que o Brasil possa continuar crescendo, enquanto os financiadores desse crescimento vão encolhendo...

E disse mais: que não pensa em suspender a sua moratória para “amaciá-los” os credores e levá-los a pensar na sua proposta. Ao contrário: os credores é que terão de dar o primeiro passo — no escuro mesmo —, porque ele só pretende reiniciar os pagamentos “quando os banqueiros tiverem um entendimento da situação (?) e um acordo de refinanciamento com o Brasil”, porque ele não está mais com paciência para “passar meses esperando respostas de comitês”...

E mais ainda: que “a decisão da suspensão dos pagamentos não foi tomada como tática de negociação ou desejo de confrontar, mas como uma necessidade” (porque ele torrou as nossas reservas no ano passado e não tinha mais com que pagar); “que o governo brasileiro recebeu e está estudando cerca de dez propostas diferentes para fazer operações de transformação de partes da dívida em capitais de risco”, mas isto não lhe interessa muito (porque este dinheiro não ficaria nas mãos do Estado), que o que lhe interessa mesmo “é converter juros em capital” (ou seja, aumentar a dívida que jura que não vai pagar, contanto que toda a gaita fique nas mãos do Estado); que “a responsabilidade pela queda dos investimentos estrangeiros no Brasil se deve à imagem negativa do País criada pelas notícias publicadas pela imprensa internacional” (também eles entraram na “conspiração” !?), etc., etc.

E, depois de toda esta “diplomática” arenga, este otimista incorrigível que é o sr. Funaro deu o seu fecho de ouro: disse que “vê boas chances” de que os credores do Brasil entrem naquele famoso jogo, porque “felizmente parece estarmos chegando (sic) a uma fase mais madura (?!?) em que todas as partes envolvidas na negociação aceitam a sua parcela no esquema de corresponsabilidade que permitirá encontrar uma solução duradoura para a questão”.

Não sabemos bem a que o ministro queria referir-se com esta “co-responsabilidade”. Não sabemos como é no estranho mundo do sr. Funaro, mas, aqui neste vale de lágrimas, um contrato de empréstimo de dinheiro com as instituições que lidam com este metier se dá dentro de regras claras e conhecidas pelas duas partes. A responsabilidade do emprestador começa pela avaliação sobre se deve emprestar e sob quais condições e termina no momento em que a outra parte aceita essas condições e ele efetivamente empresta. Então, toda a responsabilidade se transfere para a parte a quem ele emprestou, conforme diz a lei. A propósito desse particular, o primeiro presidente do Banco Central do governo Sarney, Antônio Carlos Lemgruber, fez, recentemente, alguns esclarecimentos precisos: “Há muita confusão entre transferência líquida de recursos para o Exterior” (aquilo de que se queixa o sr. Funaro) “e financiamento externo dessa transferência” (aquilo que exige o mesmo sr. Funaro). “Quando a conta de juros é financiada por dinheiro novo, a tal de transferência desaparece?”, pergunta ele. E responde: “Não, quando o Brasil toma recursos emprestados abundantes, está contratando a transferência futura de recursos via pagamento de juros. Não há muito o que fazer depois de assinado o contrato, para reduzir e muito menos para eliminar aquela transferência contratada, com exceção do calote sumário”.

E nisto que devem estar pensando os banqueiros e governos credores do Brasil que ouviram do sr. Funaro a proposta para que entrassem naquele jogo. E não devem estar tendo muitas dúvidas sobre com que parte da anatomia pensa participar o nosso ministro e qual a que sobra para eles...

O problema é que, no ritmo alucinante em que a coisa vai, corremos imenso risco de ver os papéis previstos pelo nosso ministro subitamente invertidos, dado o fato de que a chamada “correlação de forças” não faz a balança pender para o lado brasileiro. Um que enxerga perfeitamente a iminência desta possibilidade é, por exemplo, o sr. Edmar Bacha, insuspeito, talvez, de participar daquela conspiração planetária que persegue o ministro Funaro. Afinal, até recentemente, ele fazia parte da sua equipe e é até um dos “pais” do falecido Cruzado. “O Brasil não tem escapatória”, diz ele. “Vai ter que fechar, neste ano e rápido, um acordo com os credores... Dobrar a aposta e se manter firme em suas atuais posições é impossível, porque para isso seria necessário apresentar um superávit comercial de US\$ 12 bilhões — (coisa que a Velha República conseguia)” ou de US\$ 14 bilhões, ou então passar por um processo de albanização (fechamento total) da economia... Deixar de pagar apenas os juros devidos aos bancos privados não é solução, porque, mesmo assim, o balanço de pagamentos não fecha este ano.”

Disso tudo sabem, por exemplo, os empresários brasileiros (conspiradores?) que estão com as importações bloqueadas e com estoques para menos de dez dias, conforme relatou, no começo desta semana, o empresário gaúcho Paulo Velinho. E com “albanização” os estoques não se repõem nunca mais, e a coisa toda pára.

Disso tudo sabem também os nossos credores e por isto não se deve esperar que entrem no “jogo do pacau” do ministro Funaro, a não ser com papéis invertidos. E sabem mais que isto. Sabem o que também sabe e disse o sr. Edmar Bacha: que, se esta palhaçada for levada às últimas conseqüências como quer o sr. Ulysses Guimarães, “o País dificilmente teria condições de deixar de pagar também aos credores governamentais e instituições internacionais, porque peitar governos, Banco Mundial, FMI e Banco Interamericano é mais difícil ainda do que peitar bancos privados”, e estes, de quem o sr. Funaro exige “dinheiro novo”, já demonstram, de tanto ouvir os despautérios que ele diz, o que Bacha chama de “fadiga da dívida”, ou seja, estão-se livrando dela, vendendo-a por qualquer trocado, mesmo com prejuízo, só para não serem mais obrigados a ouvir besteiras.

O estrago que o ministro Funaro já causou não só no flanco interno da nossa economia, mas, principalmente, na nossa imagem externa, nos custará anos de comportamento exemplar e de trabalho suado para ser suplantado e esquecido. E é porque todo mundo está vendo isso que a lista dos “conspiradores” engrossa todo dia, tendo sido aumentada ainda ontem pelas adesões públicas e formais dos governadores de São Paulo, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais e Rio de Janeiro.

Já não basta?